

OUTRA POLÍTICA, OUTRO PODER...

Por Aécio Alves de Oliveira*

A complexidade que envolve a sociedade capitalista sugere que as possibilidades de sua transformação terão que ser desenvolvidas pelas lutas e pelos movimentos sociais em seu conjunto. As possibilidades dependerão da pressão política exercida pela “sociedade civil” organizada a partir da consciência política coletiva construída com esta perspectiva. A construção de uma nova hegemonia, no entanto, terá que ser descolonizada da dominação capitalista e provida de senso crítico com auto-determinação voltada para combater as exigências e os sofrimentos evitáveis provocados pelo metabolismo social do capital. Nesse sentido, é fundamental fazer convergir a especificidade de cada movimento isolado para uma crítica social que radicalize a vida em todas as dimensões. Estaríamos, assim, iniciando um **movimento cultural de recusa**, para além do mercado e da obviedade axiomática assumida pelo Estado, que tem por base a política e a democracia “realmente existentes”.

Os sinais e os significados da imperiosidade da dominação do sistema-mundo capitalista podem ser facilmente percebidos nos âmbitos multidimensionais da vida em sociedade, sobretudo, na banda ocidental da humanidade. A cultura que lhe é adequada tem por marca identificadora a generalização da mercantilidade da vida: todas as coisas e valores materiais e imateriais terão que ser passíveis de compra e venda para que o sistema prossiga em sua busca frenética por autovalorização. Os *shoppings centers* projetam-se como imponentes catedrais das mercadorias, materializando a imperfeição do par tempo livre-capitalismo (PADILHA, 2000). Sociabilidade e diáspora formam o par que marca a cultura, ou o modo de ser, da sociedade capitalista. “Flexibilidade” torna-se a expressão da escamoteação das formas modernas do sistema de poder e “flexitempo” é outra expressão que se traduz como uma espécie de desapego temporal: o apagamento do passado e a desconsideração inconsciente do compromisso com as gerações futuras (SENNETT, 2003, p. 53-73).

Por sua vez, as estruturas de poder existentes são uma espécie de controle quase pan-óptico que amoldam as pessoas à racionalidade econômica dominante. E longe de sinalizarem para

transformações são aprisionadoras de possibilidades. De certo modo, cada indivíduo encontra-se isolado em uma massa de estranhos; em uma sociedade de competição e de indiferença que o leva a agredir ou a ser agredido (agressores e agredidos são víti-mas). Com a política praticada - a política miúda, como diria Gramsci -, as mudanças efetuadas por diferentes administradores da crise do capital ficam restritas, quase sempre, à mudança da nomenclatura das instituições já existentes.

O Estado, tal como está, não reúne condições que favoreçam a esse processo mais amplo de mudanças voltadas para garantias de direitos universais. A transição que lhe diz mais de perto, e de imediato, relaciona-se à necessidade de que conte-nha elementos conspícuos que permitam sua coor-denação estratégica sem interesses próprios. Tal como se apresenta, sua capacidade de regulação volta-se, sobremaneira, para dar suporte à divisão social (hierárquica) do trabalho que ajudou a esta-belecer. A “perda” de interesses próprios significaria fazer suas ações convergirem para a realização de transformações que levem a outro poder, a outro modo de fazer política. Nesse sentido, conforme Mézáros (2004, p. 345):

[...] a “dissolução” final do Estado é inconcebível sem uma redução e simplificação progressivas de suas tarefas, tanto quanto possível, e sua transferência para o corpo social “auto-operante e autogovernado”. Entretanto, sugerir que este processo de redução e simplificação no plano político possa ser realizado pela imediata substituição do Estado como tal por uma “nova forma política” não problemática – após o que só permaneceriam as dificuldades relacionadas à emancipação econômica da sociedade em relação à divisão do trabalho – equivale a tomar um atalho ideal em direção ao futuro. Isto é tanto mais problemático na medida em que a base social da “divisão sistemática e hierárquica do trabalho” é inseparável da “superestrutura de um poder estatal centralizado”, ainda que não do tipo capitalista. Na realidade, o Estado só pode ser “desmantelado” (no processo da “desalienação” política e “comunalização” da sociedade) na mesma proporção em que a própria divisão social do trabalho herdada seja modificada de modo correspondente e, assim, o metabolismo social como um todo seja eficazmente reestruturado.

Desse modo, o Estado terá que ser redefinido para desmoronar junto com o desenraizamento da dominação social e econômica do capital. A redefinição significa uma profunda transformação, a fim de que o Estado deixe de ser um instrumento ativo

dessa dominação e se torne importante como partícipe da organização da sociedade autorregulada. Nesses termos, o Estado assumiria uma forma política adequada à natureza comunal da sociedade para contribuir no sentido da emancipação da tirania social do trabalho que produz o capital.

Uma atualização da concepção ampliada do Estado em Antonio Gramsci pode ajudar a compreender o processo de redefinição anteriormente sugerido. Para Gramsci (2002, p. 244), a concepção ampliada de Estado compõe uma espécie de “equação” política, ou o que se pode chamar de “fórmula geral” do Estado:

Estado = Sociedade Política + Sociedade Civil.

Para Gramsci (2002, p. 244), o Estado não é apenas um aparelho burocrático-coercitivo, mas sim resulta de elementos sociais e políticos, de iniciativas privadas, da relação entre economia (infraestrutura) e política (superestrutura); da correlação de forças, das relações sociais de produção e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, é possível deduzir da “equação” que o conceito de hegemonia se torna crucial para Gramsci no processo de dissolução tendencial desse Estado que desembocaria em lutas direcionadas para levá-lo ao esgotamento, e assim afirmar a sociedade [auto]regulada. Tal esgotamento será tanto mais intenso e abrangente quanto mais “[...] se afirmam os elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil)”.

Na elaboração de Gramsci, a esfera da sociedade civil ganha um espaço de proeminência. Na realidade, a sociedade civil significa a imagem do Estado sem Estado. Vale dizer que, partindo do pressuposto de que todos os homens e mulheres são realmente iguais, no sentido das possibilidades do livre desenvolvimento de valores que correspondam a uma autorregulação da vida em sociedade, o Estado (sociedade política) teria reduzidas suas intervenções autoritárias e coercitivas e se tornaria sociedade regulada. Por ser o *locus* onde se dá o confronto das ideologias, na sociedade civil atuam sujeitos capazes de reflexão crítica, e nela se estabelece o processo de construção de hegemonia, de direcionamento da economia, da política e da cultura.

O Estado, na condição de aparelho de hegemonia, procura se fixar na sociedade civil por meio de um processo de concomitância que contém uma dupla dimensão: (i) pelo estabelecimento e

consolidação do modo de produzir e de distribuir, inerente às relações sociais de produção (a dimensão econômica); e (ii) pela constituição de aparelhos ideológico-culturais, fazendo emergir sua função pedagógica (a dimensão político-cultural).

Em particular, na sociedade capitalista, das ações e iniciativas originárias de organismos privados (sociedade civil) decorre, de um lado, uma espécie de síntese de conflitos, de interesses econômicos (disputas intercapitais, lutas de classes etc.) e político-culturais da classe detentora dos meios de produção; e, de outro, a luta contra-hegemônica de homens e mulheres, de trabalhadores e trabalhadoras.

Como resultado da correlação de forças, o Estado-classe pode conter uma concepção ditatorial, resultante da exacerbação de sua função coercitiva. Nesse caso, centraliza a gestão da ordem social, amplia seus poderes e atribuições e se imiscui na vida cotidiana dos indivíduos de tal modo que se separa da sociedade civil. Ademais, nessa arena que é a sociedade civil, o Estado legitima ideologicamente o modo político e cultural que corresponde à produção da mercadoria na sociedade capitalista. Por outro, a correlação de forças poderá tomar outro rumo em função de lutas contra-hegemônicas. Parece, então, que a concepção gramsciana induz a considerar que as disputas no campo da economia se projetam para a dimensão político-cultural, criando condições para o surgimento de elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada e para o esgotamento do Estado como se apresenta. Nesse sentido, pode-se compreender a dialética da ampliação do Estado e de seu desaparecimento.

A argumentação desenvolvida quanto à finalização do Estado em Gramsci (2002) - ou o desaparecimento do Estado, no sentido da reabsorção da sociedade política na sociedade civil - toma corpo no Caderno 13, § 17, no qual fornece importantes elementos que ajudam a compreender como se forma uma vontade coletiva, tendo por referência os cânones contidos no prefácio à crítica da economia política de Marx. As relações entre estrutura e superestrutura desenrolam-se com o nexos dialético entre duas ordens de movimentos: os movimentos orgânicos (que dão lugar à crítica histórico-social) e os movimentos de conjuntura (que dão lugar à crítica miúda).

No primeiro movimento, há o envolvimento de grandes agrupamentos, para além dos grupos dirigentes situados mais diretamente no entorno do

poder e envolvidos com a política miúda. Na medida em que as contradições se acentuam, forças políticas atuam para conservar e defender a estrutura existente; por outro lado, forças antagonistas procuram enfatizar que já existem condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e, portanto, devam ser resolvidas historicamente. A questão crucial é distinguir entre o que é orgânico e o que é eventual, para que seja evitado excesso de “economicismo” (causas mecânicas) ou de ideologismo” (voluntarismos), arremata o pensador italiano. Assim, seriam criadas as condições de passagem do momento econômico para o momento das relações das forças políticas, como reflexo do grau de autonomia - homogeneidade, autoconsciência e organização - dos grupos subalternos perante o Estado existente. Da particularidade dos interesses (econômicos) a uma unidade mais ampla, ainda que movida pela luta econômica no quadro do Estado existente, poder-se-ia atingir um estágio em que os interesses particulares tornar-se-iam interesses de todos. Nesse momento, as superestruturas estariam atravessadas pelo embate de ideologias, no qual uma, ou uma combinação delas, impor-se-ia ao conjunto do corpo social.

A hegemonia (outro poder) assim construída ficaria concretizada com a tomada do poder pela classe expandida. A condição de sujeitos livres e ativos - dos grupos e classes subalternas -, daria lugar ao autogoverno, ou seja, outro Estado como expressão da absorção da sociedade política na nova sociedade civil, como já referido. Tal expansão congregaria o conjunto das vontades políticas correspondentes aos interesses dos grupos aliados e estabeleceria o caráter de integralidade do Estado.

Com o caráter acima assinalado, o Estado deixaria de ser Estado como detentor das funções coercitivas e econômicas e corresponderia a um momento de articulação no qual a classe dirigente legítima sua direção com o consenso dos governados.

Nessa circunstância, desapareceria a distinção metodológica entre sociedade política e sociedade civil, explicitada nos momentos de passagens: ditadura à hegemonia; aparelhos de coerção a aparelhos de hegemonia; aparelho de poder a aparelho organizador de consenso; dominação à direção. Em resumo: Estado encorajado de coerção à Estado integral.

Para dar prosseguimento ao argumento anterior, pode-se dizer que o conceito de Estado realmente democrático, não apenas ampliado, mas integral, que sintetiza a absorção da sociedade política na sociedade civil, corresponde a um importante resultado da contribuição teórica de Gramsci para a atualidade. Nessa perspectiva, dizer que o Estado deixa de ser Estado é afirmar a sociedade regulada, cuja função ética e educativa é promover a democracia, a liberdade e a elevação de cada indivíduo e de todos à condição de sujeitos no processo de construção de modos de vida autodeterminados. Esse parece ser o sentido que Gramsci atribui à elevação moral e intelectual das massas. Nesta arena, que é a sociedade civil, também se pode desconstruir o modo político e cultural que corresponde à moderna produção da mercadoria. Contudo, cabe ainda indagar quanto à correlação de forças na etapa atual do desenvolvimento do capital. Trata-se de um momento em que a transversalidade do econômico e do ideológico - alienação do trabalho e da Natureza e o fetiche da mercadoria - que afeta toda a sociedade civil, põe em questão a existência autônoma e unitária dos grupos subalternos e reduz a eficácia da luta de classes e a efetividade de sindicatos e de partidos políticos de trabalhadores. Essa questão parece estar afeta à noção de classe expandida que se constituiria para pôr em movimento o processo de constituição da sociedade regulada.

A ênfase aqui sugerida é que, em virtude mesmo da ampliação do conceito de Estado, a realidade de hoje impõe como crucial a ampliação da sociedade civil num determinado sentido; isso, principalmente, considerando que a contradição central inerente ao metabolismo social do capital se acentua e se torna mais visível com os processos de inovações técnico-produtivas e organizacionais e de financeirização da economia, e com as exigências de novos modos culturais de vida adequados aos movimentos de transnacionalização desse metabolismo.

Em Gramsci (2002), há elementos importantes que podem contribuir para uma melhor compreensão das questões que hoje se apresentam na sociedade produtora da mercadoria. Como se sabe, trata-se de uma realidade na qual pontuam mundializações múltiplas e irrupção de uma rica variedade de lutas e de movimentos sociais no panorama social e político. O mundo de hoje está, evidentemente, muito distante daquele vivenciado por Gramsci; a sociedade civil tornou-se

mais complexa e contraditória. Cresceu o espaço para as diferenças e ampliou-se o fosso das desigualdades; e a vida cotidiana em todo o mundo está recheada da violência típica das grandes e médias cidades, onde crescem o desemprego, a apatia política e o indiferentismo social (SEMERARO, 2001).¹

Por outro lado, na atualidade, a democracia (representativa) e as liberdades civis mostram importantes problemas e limitações intimamente vinculadas à crise do trabalho. A representatividade e as liberdades econômicas traduzem-se em profundas desigualdades da distribuição de um poder político que se torna economicizado. De modo geral, os chamados grupos subalternos não vêm suas inúmeras demandas contempladas pela sociedade política. No plano internacional, os Estados dos países situados no centro do sistema, os mais desenvolvidos do ocidente, retraem-se quanto a suas responsabilidades e se fecham em virtude do temor de que as desigualdades mundialmente distribuídas ameacem o padrão de vida alcançado por suas populações. Os demais, situados na periferia ou semiperiferia, são levados pela racionalidade sistêmica a buscar padrões tecnológicos avançados numa corrida maluca para alcançar a modernização de suas estruturas produtivas e financeiras, engolfando-se na teia das mundializações que lhes retiram a capacidade de implementar políticas autônomas e soberanas que atendam às reais necessidades de suas sociedades. Sobre todos os países abate-se uma crise da política que se projeta em termos de perda de representatividade e de efetividade social, sugerindo o esgotamento da institucionalidade política no quadro da dominação prevaiente.

O sentido da ampliação transformadora da sociedade civil exige uma adequada atenção teórica e política (práxis) para com a articulação dos movimentos sociais que se organizam no âmbito das diversas sociedades civis, em escala planetária. Ao lado da transnacionalização do capital, observa-se também a emergência de diálogos internacionais que incluem um número crescente de movimentos nacionais (grupos subalternos, em escala mundial). Os movimentos antiglobalização, embora heterogêneos, são exemplos importantes desses diálogos e de luta por outra hegemonia. A consideração dos novos (e outros) movimentos sociais, junto com o movimento clássico dos trabalhadores e das trabalhadoras, organizado por suas entidades

corporativas, é parte das condições necessárias para “[...] a reabsorção da sociedade política na sociedade civil” (GRAMSCI, 2002, p. 223). Essa reabsorção, contudo, jamais poderá ser conduzida junto com uma sociedade civil pensada de maneira reduzida a condição de campo de equilíbrio de forças para contrabalançar os excessos do mercado e do Estado; ou seja, como uma espécie de terceiro setor.

A ampliação da sociedade civil (ou a classe expandida), conforme a argumentação até aqui apresentada, ficaria materializada com a articulação consciente da diversidade dos movimentos sociais e direcionada para o estabelecimento de outra política. Para isso, é necessário que essa articulação se apoie, sobretudo, no consentimento, de modo a assumir a feição de um eixo interessante para a atualização da teoria política de Gramsci. Os pontos cruciais para concretizar outra sociedade civil são: o reconhecimento das inúmeras fragilidades políticas que afetam as entidades representativas dos trabalhadores e das trabalhadoras; o isolamento dos diversos movimentos sociais; e, principalmente, a irrelevância da “pequena política”, restrita “[...] às questões parciais e cotidianas, que se colocam no interior de uma estrutura já estabelecida” (GRAMSCI, 2002, p. 21). Como consequência, também é preciso reconhecer a fragilidade dos partidos políticos, de modo geral, inclusive, dos partidos vinculados à luta dos trabalhadores e das trabalhadoras; partidos que se auto-denominam como legítimos representantes da classe trabalhadora, porém, executores da pequena política.

Vale transcrever a instigante reflexão de Ashwin Desai para ajudar na compreensão da necessidade da ampliação da sociedade civil com a articulação da diversidade dos movimentos sociais:

[...] a reflexão sobre a situação do mundo caminha lado a lado com a participação direta dos movimentos que surgem e se desenvolvem com o objetivo de modificar esse estado de coisas. Como em muitos outros países, também na África do Sul grande parte dos ativistas e dos intelectuais considerava que as transformações sociais tinham como motor o sindicato ou a classe operária. Porém, era uma leitura estática da realidade sul-africana. Também entre nós, o livre comércio trouxe desemprego, fechamento de fábricas e aumento da pobreza. Assim, toda a literatura sobre a realidade social da África do Sul ficou obsoleta. Por um lado, o sindicato sul-africano administra a aplicação das políticas neoliberais, enquanto o trabalho assalariado tradicional inclui um percentual mínimo da população. Mas, enquanto isso acontecia, cresceram as batalhas das comunidades locais

pelo direito à moradia, à saúde, à escola, contra as privatizações.

[...] o welfare state made in África do Sul foi praticamente desmantelado; os sindicatos operários executam, muitas vezes, políticas corporativistas, esperando que, assim, conseguirão livrar-se da tormenta neoliberal.

Usando uma linguagem europeia, podemos dizer que as lutas se deslocaram da fábrica para a sociedade, a comunidade. Estamos diante de uma situação inédita em relação à antiga cultura do movimento operário. Quando escrevo que os procedimentos que o movimento operário usa nem sempre ajudam a entender o que aconteceu, refiro-me principalmente ao modelo político de transformação social que é levado adiante pelo movimento operário ou pela esquerda política. No início dos anos 1990, os movimentos sociais sempre afirmaram que era preciso negociar com as instituições. Apresentavam as reivindicações, abriam o confronto com o governo e depois era possível achar uma mediação ou firmar compromissos. Porém, há alguns anos, o caminho escolhido é o da ação direta que mencionei antes. Os movimentos sociais devem experimentar, desde já, novas formas de vida e novos modos de produzir a riqueza.

[...] tenho a convicção de que nem tudo se esgota com a conquista do poder. Por exemplo, considero que o estado-nação é, muitas vezes, um obstáculo para a afirmação de alguns direitos universais. Então, o problema não é a conquista do poder, como se o estado fosse um instrumento neutro e fosse suficiente mudar quem o dirige a fim de que tudo esteja resolvido. É fundamental que surjam e se desenvolvam formas de contrapoder e que os líderes ou porta-vozes dos movimentos sociais correspondam em seus comportamentos aos próprios movimentos sociais. (INSTITUTO HUMANITAS USININOS, 2003, n.p., grifos nosso).

Há, no mundo, a emergência e a expansão de movimentos sociais que se desenvolvem com o objetivo de contribuir para modificar o estado de coisas criado pelo movimento de valorização do capital. Se ao longo do século XIX, e parte expressiva do século XX, as lutas pelas transformações sociais foram organizadas em torno do sindicato ou da classe operária, ambos organizados por partidos da chamada esquerda política, o século XXI sugere que as lutas precisam ampliar seus espaços, descentrando-se da fábrica para processos sociais no seio da sociedade civil ampliada. Para tal, incluindo aqueles movimentos (grupos subalternos) que se desenvolvem a partir da comunidade de interesses com as mais diversificadas motivações. Lutas em defesa dos ecossistemas, contra a globalização neoliberal imperialista, as questões de gênero, de minorias e de etnias são exemplos importantes dessas motivações. Também se enquadra dentre esses movimentos a chamada economia solidária, que procura disseminar, em várias partes do mundo, novas formas de vida associadas a novos modos de produzir riqueza material e simbólica.

Outros movimentos sociais diferenciados que têm ganhado expressão e reconhecimento político no mundo apresentam a ação direta (fora da institucionalidade) como marca. É o caso do movimento dos sem terra (MST), no Brasil; do movimento Zapatista, no México; das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), na Colômbia; Via Campesina; apenas para citar alguns. O que impor-ta ressaltar é que esses movimentos experimentam e disseminam o teor da crítica de que não mais será possível manter o modelo político de lutas até então adotado pelo movimento operário ou pela esquerda política.

Outra lição que tem sido aprendida é a constatação de que nem tudo se esgota com a conquista do governo. Talvez a maior lição seja a demonstração de que, governar sem um mínimo de contestação ao poder econômico e social do capital, significa uma experiência que deixa claro que o Estado é um obstáculo para a afirmação de direitos universais (saúde, educação, previdência, moradia, transporte, ambiente natural saudável etc.). Essa luta necessita ser contextualizada por outra sociabilidade, na qual a emancipação humana seja buscada por um desenvolvimento desatrelado do poder totalizador do dinheiro.

Antes de tudo é preciso reconhecer que as transformações sociais não devem ser concebidas a partir do poder institucional, separadas de qualquer dinâmica social. Quando a política se apresenta como autogestão no exercício do poder de decisão em todos os níveis, quando a política é vivida como luta e afirmação da liberdade de todos, a ação política perde o caráter de profissionalização e adquire um conteúdo humano sob a forma de uma paixão coletiva, tal como caracterizada por Gramsci. Daí, a importância da descontaminação do poder totalitário do dinheiro. Em segundo lugar, é importante também reconhecer que tal afirmação de princípios corresponde a uma quebra do monopólio dos partidos e da arrogância da representação política. A ação política seria desencadeada por outros sujeitos coletivos dentro de um projeto estratégico que tenha a autonomia e a autogestão como marcas de outro modo de fazer política - a grande política -, motivados e voltados para a destruição da (des)ordem vigente.

Para essa grande política, no entanto, qual a organização econômica, social e política subjacente? É possível identificar os sujeitos coletivos que desencadeariam a crítica teórica e

prática tanto ao modo de produzir (o trabalho que produz o capital) como à democracia (política) realmente existente? Como então situar em novas bases a relação entre a liberdade individual e a afirmação radical da vida em sociedade, que exige a consideração dos limites biofísicos sobre a economia?

Uma conclusão importante que surge da argumentação até aqui desenvolvida é que a crise do trabalho projeta-se como o fulcro da crise da política; mais ainda quando cria um imenso vazio apenas preenchido parcialmente por movimentos sociais que se reivindicam autônomos, porém, fixados em temas específicos, ainda que de grande valor simbólico. Nesse caso, inserem-se as considerações pertinentes a relações de gênero, que carecem de fundamento quando transformadas em questão única e se tornam insuficientes para captar adequadamente outras dimensões do significado da discriminação de vários tipos que afetam as mulheres, nas esferas da economia, da política e da sociedade. Tanto quanto a problemática dos desequilíbrios ambientais, essas questões são importantes, mesmo quando tratadas de forma reducionista, pois permitem revelar facetas decorrentes da dominação social do capital. Não seria um exagero assinalar que as populações de quase todo o mundo padecem de uma forma de dominação que é branca, masculina e ocidental.

A presença dispersa das lutas e dos movimentos sociais é a expressão da dissociação que afeta a sociedade civil. O efeito é devastador, uma vez que criam obstáculos que impedem um debate mais amplo sobre as possibilidades de outras sociabilidades, fundamentadas na emergência das aspirações e na compreensão da raiz dos conflitos, e na violência que marca a fragmentação social na atualidade. Como, então, recolocar o conceito gramsciano de hegemonia no contexto atual, no qual as dimensões mundiais do capital se expressam na ampliação de seu domínio sobre todas as esferas do mundo dos homens? Se a sociedade civil for uma arena privilegiada da luta de classes, uma esfera onde se dá uma intensa luta pela hegemonia, como construir e exercitar outra forma de poder que contribua para sua ampliação e para a construção gradativa de um novo ser social? Em Gramsci, o que estabelece a hegemonia é um complexo sistema de relações e de mediações; um complexo de luta e de atividades culturais e ideológicas para a afirmação

junto às classes subalternas de outra forma de fazer política e de organizar a economia; uma luta pelo legítimo direito de redefinir Estado, de socializar o saber e de estabelecer o acesso universal e sustentável aos serviços da natureza e aos bens comuns da humanidade.

Desse modo, de imediato, é preciso enfrentar uma espécie de tabu (a classe operária como vanguarda revolucionária, por exemplo) o qual se refere à centralidade da luta de classes na condição de caminho unívoco para a superação da ordem do capital. As classes sociais fundamentais nem sempre se encontraram em luta, mesmo que os interesses sempre tenham sido e continuem opostos. Porém, pode-se dizer que o efeito prático dos embates tem sido modernizar e reafirmar a progressividade do modo de produção e de distribuição da riqueza que domina o mundo. Por isso, as muitas lutas não puderam ser consideradas como motor da superação, mas sim de reposição e de acirramento de contradições, o que não deixa de ser muito importante para tornar visível o modo de funcionamento do sistema.

O ponto central da reflexão desses comentários inspirados numa atualização de Gramsci prende-se à necessidade da constituição de sujeitos sociais que visem à construção de um projeto político de poder aberto à participação de novas forças sociais. Somente assim se pode afirmar que consciência e subjetividade representam dimensões fundamentais da ação política e que será possível desenvolver “[...] vínculos de responsabilidade em relação a outros homens ou grupo de homens, ou em relação a uma realidade concreta, cuja ruína se desdobra no desastre dos indivíduos” (GRAMSCI, 2002, p. 259).

As condições subjetivas, portanto, correspondem ao “fermento” na luta contra as pressões externas fragmentárias que condicionam o comportamento e esvaziam as aspirações dos indivíduos. A primeira existência dos sujeitos coincide com a parcialidade de classe ou de grupo, limitando-se à reprodução dos próprios interesses econômicos particulares. Nesse primeiro momento, cada membro do grupo está de tal modo encerrado em sua particularidade que não alcança sequer uma consciência corporativa da comunhão de interesses que o liga aos outros membros de seu próprio grupo social. Nessa existência, vigora a ausência completa de um sujeito coletivo e nela se produz um âmbito em que as ações humanas, fragmentadas e enrijecidas em seu pormenor, não

são redutíveis a uma vontade humana que possa orientá-las de acordo com determinado projeto coletivo.

Quando, no entanto, os membros de um grupo social não mais se identificarem apenas com sua singularidade atomista, mas adquirirem a consciência de sua identificação do grupo, será possível tomar consciência de que seu interesse corporativo pode incluir e representar os interesses dos outros grupos sociais. A partir daí, podem surgir condições para que esses interesses se combinem com os interesses de toda a sociedade e o corpo social inicie uma existência mais propriamente política, como esfera da vontade que assume como escopo uma ação intrinsecamente humana e histórica. Isso poderá gerar algo novo e jamais acontecido.

Pode-se, então, concluir que a dimensão subjetiva e o momento ético-político são as expressões mais elevadas do projeto hegemônico de sociedade que os segmentos sociais, mesmo em condições de subalternação, podem construir. Nesses termos, teriam alcançado a condição de sujeitos ativos conscientes. É o difícil e complexo salto qualitativo necessário para amadurecer uma visão independente e superior de mundo. São processos sociais amplos que se desenvolvem no seio da sociedade civil para construir uma espécie de contraponto para o qual poderão e precisarão convergir os diferentes grupos e movimentos sociais que lutam pela unificação da diversidade cultural da humanidade. Com esse significado, a subjetividade nunca poderá ser algo idealizado e dado, *a priori*, mas socialmente produzida.

Segundo Coutinho (1989, p. 52-53), a acepção ampla de política em Gramsci identifica-se com: liberdade, com universalidade; práxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos; e afirmação de uma práxis que se orienta conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas.

Nessa acepção, fica clara a noção de autonomia para o desenvolvimento livre das individualidades; e para ela, a afirmação da autogestão e do planejamento consciente no ato de produzir as condições materiais e culturais da existência humana em sua interação metabólica com a natureza. Daí a importância do conceito de catarse (junto com a acepção ampla da política) atribuído por Gramsci que informa de maneira clara o dever como: “[...] a passagem do momento meramente econômico [...] para o momento ético-político [...] a passagem do ‘objetivo’ ao ‘subjetivo’

e da ‘necessidade’ à ‘liberdade’” (COUTINHO, 1989, p. 53). Marx (1985, p. 236) talvez dissesse: o dever corresponde a ingressar no “[...] reino da liberdade e da riqueza das necessidades” ou no desfrute do tempo livre: “tempo para o ócio e tempo para atividades superiores.”

Daí, a necessidade de aglutinar os esforços dispersos dos movimentos sociais, no sentido de um consenso ativo quanto ao significado e à constituição da sociedade autorregulada, ou seja, quanto ao significado do Estado sem Estado. A emancipação econômica, social e intelectual de toda a população concretizaria o encontro entre o indivíduo e a sociedade; a compatibilidade entre o autodesenvolvimento individual e coletivo. Nesse sentido, as organizações comunitárias e associativas podem ser instâncias intermediárias para o fortalecimento da autonomia da sociedade civil com relação à sociedade política, tanto mais, à medida que sejam capazes de se apropriar de fatores e de recursos para assumir projetos e iniciativas políticas, sociais e econômicas em que as pessoas possam exercer suas competências e talentos, a fim de vislumbrar a invenção de outras sociabilidades ●

Nota: (1) Costa (2006a) chama a atenção para o acentuado crescimento de favelas em todo o mundo, criando, assim, um vasto proletariado informal. Essa expansão, conforme Costa (2006b), ganhou impulso na década de 1990; e a passagem da informalidade para a criminalidade tornou-se mais fácil, pois pertencer a uma organização criminosa pode ser, no mínimo, menos solitária. Se, por um lado, tal situação torna problemática concretizar a elevação moral e intelectual das massas, por outro, serve como indicio de perda de legitimidade e da necessidade de superação desta sociedade.

Referências

- COSTA, A. L. M. C.. Planeta Favela. *Carta Capital*, São Paulo, a, XII, n. 392, p.10-15, 10 maio 2006a.
- COSTA, A. L. M. C.. A sedução do crime. *Carta Capital*, São Paulo, a XII, n. 394, p.18-19, 24 maio 2006b.
- COUTINHO, C. N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.
- INSTITUTO HUMANITAS USININOS - IHU Entrevista de Ashwin Desai, publicada no jornal “Il Manifesto”, em 13 de setembro de 2003 e reproduzida por IHU On-Line, a. 3, n. 79, 13 out. 2003.
- MARX, K. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. 10. ed. México: Siglo Veintiuno, 1985. v. 2.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- PADILHA, V. *Tempo livre e capitalismo*. Campinas, SP: Alínea, 2000.
- SEMERARO, G. *Gramsci e a sociedade civil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

* **Doutor em Sociologia (UFC), professor de Pensamento Econômico Marxista da Universidade Federal do Ceará e membro do Grupo de Estudos em Economia Política - Viês/UFC.**